



UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
IMEA – Instituto Mercosul de Estudos Avançados

**O PERFIL DOS ALUNOS QUE ADOTAM NOME SOCIAL
NA UNILA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE A
UNIVERSIDADE: RELATÓRIO FINAL**

Patricia Regina Cenci Queiroz

Livia Fernanda Morales

Wall Assis

Foz do Iguaçu
2018



UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
IMEA – Instituto Mercosul de Estudos Avançados

O PERFIL DOS ALUNOS QUE ADOTAM NOME SOCIAL NA UNILA E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE A UNIVERSIDADE: RELATÓRIO PARCIAL

Relatório final apresentado pela servidora **Patricia Regina Cenci Queiroz**, em parceria com a docente Livia Fernanda Morales e a bolsista Wall Assis, conforme edital IMEA 06/2018, **EIXO TEMÁTICO X: Ações Afirmativas e Ingressos de grupos vulneráveis.**

Foz do Iguaçu
2018

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	3
1.INTRODUÇÃO	4
2. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DOS ALUNOS TRANS E SUA INSERÇÃO NA VIDA ACADÊMICA	9
2.1 QUEM SÃO OS ALUNOS TRANS DA UNILA? PRINCIPAL VIA DE ACESSO, CARACTERIZAÇÃO RACIAL E SOCIOECONÔMICA	9
2.2 CARACTERIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS ALUNXS TRANS DA UNILA: APONTAMENTOS SOBRE A PERMANÊNCIA	13
3 A PERSPECTIVA DOS ALUNXS TRANS DA UNILA SOBRE A UNIVERSIDADE E SUA INSERÇÃO NA VIDA ACADÊMICA	17
3.1 QUESTÕES DE ORDEM ADMINISTRATIVA/BUROCRÁTICA	17
3.2 ACOLHIMENTO ESTUDANTIL E OUTROS ATENDIMENTOS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE	22
3.3 PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados dos alunxs que adotam nome social por Instituto, por cor, tempo de ensino médio público e situação de matrícula junto à Universidade	11
Tabela 2: Dados dos alunxs trans sobre a via de ingresso na Universidade e utilização de Ações Afirmativas	12
Tabela 3: Perfil Educacional dos alunxs trans da UNILA	15

INTRODUÇÃO

Historicamente o ensino superior está diretamente ligado à formação das elites e de complexos mecanismos de regulação social. Principalmente em se tratando da realidade brasileira na qual apenas 7,9% da população possui diploma universitário (Cf. IBGE, 2010), o caráter excludente e reprodutor das desigualdades sociais na universidade assume caráter ainda mais dramático quando se observa o recorte das e dos estudantes trans que chegam à universidade.

Apenas recentemente, especificamente nas duas últimas décadas, o Brasil passa a adotar um conjunto de Políticas Públicas, entre elas as Ações Afirmativas, que, associadas tanto a uma ampliação do sistema federal de Educação por meio do REUNI¹ quanto à criação de programas como o PROUNI², com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior, capilarizando as políticas sociais para assim corrigir as “distorções” geradas no conjunto de políticas postas em prática nos anos 90. Assim, o processo de inclusão de grupos marginalizados socialmente no ensino superior é um fenômeno recente, cheio de tensões e conflitos e que geram os desafios mais diversos para as universidades, que necessitam se reinventar frente a esta nova realidade.

Apesar destes avanços e das Políticas de Cotas para PcDs³, raciais, indígenas e estudantes de escola pública, a Universidade engatinha ainda nas Políticas de Gênero. Como a universidade será capaz de transformar as hierarquias sexuais e de gênero historicamente construídas e consolidadas em um modelo de ensino superior elitizado e sexista? E, se a inclusão da mulher, do negro, do indígena, da PcD e da periferia em uma universidade que nasceu excludente e tenta timidamente se reinventar, o que pode se dizer dos esforços realizados para a inclusão e a permanência das e dos estudantes trans?

Não existe uma definição fechada para a expressão trans. Ela é empregada por indivíduos que se declaram em situação de trânsito identitário de gênero, englobando tanto os

¹ Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o REUNI é um programa da expansão da Educação Superior cujo objetivo é a ampliação do acesso e a permanência. Suas principais frentes de atuação são: expansão física, aumento de vagas nos cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais no país. (REUNI,2010)

² Criado em 2004, O Programa Universidade para Todos (ProUni) é uma iniciativa do governo federal para facilitar o acesso de alunos carentes ao ensino superior (é pré-requisito para pleitear a bolsa ter sido estudante de escola pública e utiliza-se o critério renda no processo de seleção, assim como outros indicadores de vulnerabilidade), por meio da oferta de bolsas de estudos de 50% ou 100% da mensalidade em faculdades privadas.

³ PcD é a sigla utilizada para identificar a Pessoa com Deficiência, especificamente as limitações permanentes, tais como pessoas com deficiência visual, auditiva, física ou intelectual.

que não se identificam com o gênero atribuído a elas e eles no nascimento, quanto indivíduos que possuem identificação pessoal diversa da registrada em nascimento, mas mesmo assim concordam com o gênero atribuído em sua documentação. Portanto, trabalhar com o universo de pessoas que se identifiquem com a expressão trans é entendê-los a partir da mobilidade, da fluidez entre gêneros, sendo as características mais importantes o autoentendimento e a autodeclaração individuais destes sujeitos (MARANHÃO FILHO, 2012).

No que concerne à questão da inserção deste público no âmbito do ensino superior, esta pesquisa não engloba a totalidade do universo de indivíduos que se identifiquem com a expressão trans. O escopo desta investigação é focado especificamente nos indivíduos que se identificam como transexuais ou travestis e que buscaram por meio da alteração na recente legislação, amparo jurídico para adotarem o nome social e retificação de seu registro na documentação que os identifique na universidade.

O reconhecimento jurídico da identidade de gênero a partir do autoentendimento individual é, como apontado anteriormente, um direito apenas recentemente reconhecido e que possui limitações em sua aplicação. O principal documento internacional de orientação quanto às obrigações de garantia de direitos humanos baseados na orientação sexual e identidade de gênero está formalizada nos *Princípios de Yogyakarta*⁴ – *Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos*, lançado no Brasil em 27 de agosto de 2007. Nesta carta de princípios, a identidade de gênero é definida como:

Compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos. (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 07)

O Brasil lança e passa a se orientar por esta Carta de Princípios apenas em 2007, morosamente, sendo que as instâncias normativas que mais cedo se adaptaram foram às relacionadas aos campos da Saúde e da Educação. Fazendo uma breve recuperação histórica das primeiras resoluções que tornaram possível o uso do nome social junto à literatura especializada, teremos a secretaria Estadual de Educação do Pará, em 2008, com o

⁴ Este documento é fruto da Conferência Internacional ocorrida em 2006 na cidade de Yogyakarta, na Indonésia, por um conjunto de organismos internacionais, contando com a participação de especialistas de 29 países e coordenada pela Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos. Seu objetivo foi o de desenvolver um conjunto de princípios jurídicos internacionais relacionados à aplicação da legislação internacional às violações de direitos humanos baseadas na orientação sexual e identidade de gênero. O resultado desta conferência foi a publicação de uma Carta de Princípios sobre a aplicação da legislação internacional, com ênfase nas obrigações dos Estados, conhecido como Princípios de Yogyakarta.

pioneirismo em ser a primeira unidade federativa brasileira a tratar do assunto. Na sequência, apenas em abril de 2009 uma normativa estadual de Goiás, a resolução nº 5 CEE/CP, de 03 de Abril de 2009, do Conselho Estadual de Educação irá permitir que: “[...] incluam o nome social de travestis e transexuais, nos registros escolares para garantir o acesso, a permanência e o êxito desses cidadãos no processo de escolarização e de aprendizagem”.

Após esta resolução estadual, ainda em 2009 vieram: Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso (Parecer-Plenária nº 010/2009 de 21 de julho de 2009); Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (Parecer nº277/2009 de 11 de Agosto de 2009) e no Estado de São Paulo a normativa do CREMESP – Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo que irá autorizar o uso do nome social por travestis e transexuais durante atendimento médico (Resolução nº 208, de 27 de Outubro de 2009). Especificamente em se tratando do Estado do Paraná, a primeira regulação do uso do nome social será também de 2009, feito pelo Ministério Público do Paraná (Parecer do MP/PR, 21 de Setembro de 2009 – Protocolo n.º 10934/2009 – Orientação sobre a utilização de nome social) em resposta a demandas levadas ao Ministério Público em contextos educacionais. O parecer do Ministério Público do Paraná irá deliberar pelo uso do nome social como um mecanismo de erradicação do preconceito a esta população específica e combate à evasão:

Portanto, diante da urgência em instituírem-se políticas consubstanciadas em práticas que conduzam à minimização e, quiçá, à erradicação do preconceito, assegurando-se às pessoas dignidade em suas relações sociais, **aqui especialmente consideradas as relações escolares, com o objetivo transversal no combate à evasão provocada pela exclusão, garantindo a permanência com sucesso no sistema.** (PARANÁ, 2009, grifos nossos)

Todas estas resoluções, pareceres e portarias, em sua maioria feitas a nível estadual, ilustram a dificuldade no tratamento do tema a nível federal. Nestes quase dez anos das primeiras normativas, diante da omissão legislativa sobre o tema, ele acabou sendo judicializado e sendo tratado na esfera do judiciário. Por um lado, foi uma tímida conquista o direito de poder utilizar um prenome em sintonia com o gênero de identificação do indivíduo, mas é válido ressaltar os limites colocados para a adoção do nome social: em primeiro lugar, até aqui, ele tem sido uma “autorização” do judiciário muito mais do que um direito conquistado. Em segundo, esta autorização é limítrofe: todas as normativas estaduais estabelecem a idade mínima de 18 anos para que a/o estudante possa requerer a mudança do prenome (nem quando existe autorização dos pais/genitores é possível esta modificação para

menores) e ela se limita aos registros escolares (como, por exemplo, lista de chamada). No histórico escolar e diploma das/os discentes permanece o nome de registro civil.

No que concerne especificamente ao Ministério da Educação – MEC, as primeiras tratativas sobre o tema foram: Portarias nº 928/2006 e 1267/2007 (que facultaram o uso do nome social aos interessados); ofícios nº 2.882/2009 e 2.883/2009, endereçados pelo MEC ao Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Conjur/MEC (Parecer nº 786/2009); Parecer Técnico nº 141/2009 —CGDA/DEIDHUC/SECADI/MEC (discussão sobre a adoção do nome social na educação básica no contexto do Programa Brasil Sem Homofobia) e a Portaria MEC nº 1.612, de 18 de novembro de 2011. Em 2015, por meio do Edital nº 6, de 15 de maio de 2015, o INEP possibilitou a adoção do nome social para o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

A nível federal teremos três normativas, uma de 2016, uma de 2017 e outra de 2018 que irão finalmente deliberar sobre a temática em definitivo, fazendo-a valer para todos os Estados da Federação. Trata-se do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016 que regulamenta “o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais”, o Parecer CNE/CP nº 14/2017 (de 12 de setembro de 2017 – Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica) e a Resolução CNE/CP nº 1, (de 19 de janeiro de 2018 – Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares). O diferencial das últimas normativas do MEC sobre a temática não era mais sobre a adoção do nome social, até porque esta possibilidade já era uma realidade em todas as unidades federativas brasileiras, todavia, como as normativas estaduais não autorizavam o uso do nome social para menores de 18 anos, a Resolução de 2018 irá estabelecer em definitivo que:

Art. 3: Alunos maiores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento sem a necessidade de mediação.

Art. 4: Alunos menores de 18 anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, e conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 2018, p. 03)

Em se tratando especificamente da UNILA, a regulamentação do uso de nome social por discentes, servidores e demais usuários do espaço da Universidade foi regulamentada apenas em 11 de Agosto de 2016, seis anos após o início oficial do funcionamento da universidade, por meio da Resolução do CONSUN nº 11:

Art. 1º Regulamentar a utilização do nome social por discentes, servidores e demais usuários na UNILA cujo nome civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero.

§1º Nome social é o nome por meio do qual a pessoa se autodenomina e escolhe ser identificada na comunidade e em seu meio social, uma vez que o nome de registro civil não reflete sua identidade de gênero.

§2º Esta Resolução aplica-se às pessoas travestis, transexuais, transgêneros e não-binárias.

Art. 2º A legitimidade do direito ao uso do nome social é autodeclaratória, sendo desnecessária quaisquer formas de comprovação ou justificativa para o usufruto de tal direito.

Art. 3º O nome social deverá diferir do nome civil apenas no prenome (nome próprio), mantendo inalterados os sobrenomes.

Parágrafo único. Exceção feita aos casos de nomes compostos, os quais serão substituídos pelo nome social autodeclarado. (UNILA, 2016, p. 1/2)

As modificações normativas que possibilitaram a adequação do nome social pela população trans no âmbito da UNILA são recentes e tardias (já existia todo um conjunto de normativas estaduais e no próprio Ministério da Educação que permitiam o nome social, inclusive no ENEM, principal via de ingresso na UNILA). Portanto, não existem dados ou análises até o presente momento que tracem o perfil deste público, que apontem suas dificuldades, as dificuldades da Universidade em atender e acolher estes alunos e, principalmente, que deem visibilidade para um segmento social que apenas muito recentemente passou a ser inserido dentro da Universidade. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi o de traçar o perfil da e do estudante trans regularmente matriculado na UNILA e que faz uso do nome social. Espera-se, com os dados desta pesquisa, que futuras ações e projetos focados na inclusão, na valorização da diversidade e, principalmente, o fomento de políticas de atendimento específicas e especializadas, possam ser pensadas e desenvolvidas

2. ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO DOS ALUNOS TRANS E SUA INSERÇÃO NA VIDA ACADÊMICA

Para conseguirmos entender e analisar o desempenho acadêmico das/os estudantes trans utilizamos os dados do SIGAA – módulo acadêmico. A partir dos dados levantados, analisamos semestralmente o desempenho no curso de graduação: número de disciplinas em que estão matriculados, número de aprovações/reprovações; reprovações por falta X reprovações por nota; trancamentos; integralização e prazos para jubramento.

A fim de preservar os dados pessoais destas/es estudantes, neste relatório foram identificados pelo nome do Instituto a que pertencem seguido de número (em ordem crescente, iniciando em 01) atribuído por ordem alfabética.

2.1 QUEM SÃO OS ALUNOS TRANS DA UNILA? PRINCIPAL VIA DE ACESSO, CARACTERIZAÇÃO RACIAL E SOCIOECONÔMICA

Atualmente, a UNILA possui treze estudantes que solicitaram adoção do nome social em suas documentações junto a Universidade. Destes, três evadiram da instituição e dois cancelaram a matrícula, mas ingressaram novamente em outros cursos da UNILA. Deste montante, existe ainda um estudante com matrícula trancada no momento.

Do universo total de estudantes trans, encontram-se divididos em quatro institutos, sendo o ILAACH o Instituto com o maior número de discente que adotam nome social (8 alunos/61,53%). Demais Institutos: ILACVN (2/15,38%), ILAESP (2/15,38%) e ILATIT com um único aluno (7,71%). A tabela 1 abaixo ilustra a distribuição destes estudantes nos Institutos, bem como disponibiliza informações sobre cor, tempo de estudos em escola pública e sua situação de matrícula junto à Universidade:

Tabela 1: Dados dos alunxs que adotam nome social por Instituto, por cor, tempo de ensino médio público e situação de matrícula junto à Universidade.

	IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO	INSTITUTO	RAÇA/COR	Ensino Médio em Escola Pública	SITUAÇÃO
01	ILACVN1	ILACVN	Pardo(a)	3	ATIVO
02	ILACVN2	ILACVN	Pardo(a)	3	ATIVO
03	ILAACH3	ILAACH	Branco(a)	3	ATIVO
04	ILAACH4	ILAACH	Preto(a)	2	ATIVO
05	ILAACH5	ILAACH	Branco(a)	0	ATIVO
06	ILAACH6	ILAACH	Preto (a)	3	TRANCADO
07	ILAESP7	ILAESP	Preto(a)	3	ATIVO
08	ILAACH8	ILAACH	Preto(a)	3	ATIVO
09	ILAACH9	ILAACH	Pardo(a)	3	ATIVO
10	ILAACH10	ILAACH	Branco(a)	3	ATIVO
11	ILAESP11	ILAESP	Preto(a)	3	CANCELADO
12	ILAACH12	ILAACH	Preto(a)	3	CANCELADO
13	ILATIT13	ILATIT	Preto(a)	3	CANCELADO

Fonte: SIGAA, set. 2018.

É interessante apontar, a partir da tabela acima, a necessidade de uma análise interseccional a partir das categorias gênero, raça e classe. Dos treze estudantes trans com vínculo com a Universidade, 7 (53,84%) são pretas/os. Se somarmos pretas/os (7) e pardas/os (3) teremos 76,91% das/os estudantes. Dentre as/os que evadiram da Universidade ou trancaram a matrícula, todos são pretos e cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Em relação à categoria classe, podemos ver a partir da tabela 2 abaixo que com exceção de dois estudantes, todos os demais ingressaram na Universidade via ações afirmativas. Destes, 4 (31%), em cotas em que pelo menos um dos critérios era renda familiar de até 1,5 salários mínimos e 11 (85%) fizeram todo o ensino médio em escola pública. Apenas um do montante total fez ensino médio todo em escola privada (este mesmo não fez uso de nenhuma Ação Afirmativa para ingresso) e existe ainda um segundo que cursou dois anos em Escola pública e um em instituição privada (o famoso “terceirão”, provavelmente como instrumento para ingresso no ensino superior público federal).

Em relação à via de ingresso e perfil sócio-econômico das/os estudantes trans, quatro ingressaram por Ampla Concorrência (seleção unificada via SISU). Vale a ressalva aqui que todas/os os quatro são pretas/os, ou seja, poderiam buscar o ingresso via Ação Afirmativa, mas não o utilizaram. As razões para tal escolha serão melhor abordadas e problematizadas no

âmbito das entrevistas a serem realizadas nos meses de Outubro/Novembro. Apenas com os dados quantitativos do SIGAA não é possível inferir as razões desta escolha, muito menos pontuar o significado das mesmas para estes estudantes. No montante de treze estudantes trans, dez (76,92%) são pretas/os ou pardas/os, mas apenas 60% destes (6) utilizaram Ações Afirmativas raciais para ingresso na Universidade.

Tabela 2: Dados dos alunxs trans sobre a via de ingresso na Universidade e utilização de Ações Afirmativas

N ^o	IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO	FORMA DE INGRESSO	Reserva de Vagas
1	ILACVN1	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	L02 Pretos/Pardos com renda de até 1,5 salários e ensino médio em escola pública
2	ILACVN2	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	A0 Ampla concorrência
3	ILAACH3	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	L05 Independente da renda, cursado todo o ensino médio em escola pública.
4	ILAACH4	TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA	Ingresso por transferência externa
5	ILAACH5	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	A0 Ampla concorrência
6	ILAACH6	VAGAS REMANESCENTES	A0 Ampla concorrência
7	ILAESP7	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	L02 Pretos/Pardos com renda de até 1,5 salários e ensino médio em escola pública
8	ILAACH8	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	L06 Pretos/Pardos, independente da renda e ensino médio em escola pública
9	ILAACH9	REOPCAO	A0 Ampla concorrência no ingresso do primeiro curso, transferência interna no segundo.
10	ILAACH10	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	L01 Renda familiar de até 1,5 salários e ensino médio em escola pública
11	ILAESP11	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	L02 Pretos/Pardos com renda de até 1,5 salários e ensino médio em escola pública
12	ILAACH12	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	L06 Pretos/Pardos, independente da renda e ensino médio em escola pública
13	ILATIT13	SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA - SISU	L06 Pretos/Pardos, independente da renda e ensino médio em escola pública

Fonte: SIGAA, set. 2018.

A análise da via de ingresso para caracterização socioeconômica das/os estudantes trans na UNILA não pode ser entendida como única via de análise. Existem diferentes características e levantamento de documentações de comprovação de renda e moradia das

famílias para fazer uso de Ações Afirmativas, documentos estes muitas vezes de difícil comprovação para famílias cujos provedores sejam autônomos e/ou profissionais liberais.

Ainda é possível observar que o próprio sistema do SISU é complexo e pode ser comparado a um sistema de apostas. Nesse sentido há relatos de estudantes que têm direito ao acesso das cotas sobre como optar pela ampla concorrência resulta do fato que, em muitos cursos, as Ações Afirmativas são mais procuradas. Isto pode produzir que estas/es estudantes não possa solicitar o atendimento das políticas afirmativas de permanência apesar de ter perfil para tal.

Outra observação necessária de ser feita em relação a isso é que nem todo ingressante no ensino superior público federal conhece a burocracia e os mecanismos para utilização de Ações Afirmativas. Principalmente no quesito renda, é necessário que o ingressante tenha alguma familiaridade com os processos ou tenha recebido orientação sobre procedimentos. Tais informações sobre ingresso no ensino superior nem sempre são trabalhados no âmbito da escola pública que não conta com Orientador Vocacional ou disciplinas e atividades específicas na escola para auxiliar os alunos no ingresso à Universidade (algo que, contraditoriamente, é amplamente trabalhado nas escolas privadas). Além disso, alguns das/os estudantes trans ingressaram por transferência externa, vagas remanescentes e reopção de curso dentro da UNILA, o que as/os deixa sem estes dados sócio-econômicos para análise.

Para cobrir esta “lacuna”, foi solicitado junto à PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a relação dos alunxs trans que já tiveram auxílio estudantil. O sistema SIGAA não fornece estes dados. A PRAE possui três tipos diferentes de auxílio estudantil para estudantes em vulnerabilidade econômica, a saber: moradia, alimentação e transporte. Do montante de 13 estudantes trans da Universidade, dez (76,92%) recebem os três auxílios. Dos três que não recebem auxílio, apenas um é branca/o, os três concluíram o ensino médio em escola pública e nenhum delas/es fizeram uso de Ações Afirmativas relacionado à renda para ingresso na Universidade.

Desta forma, pode-se afirmar que o perfil das/os estudantes trans da UNILA é majoritariamente formado por pretas/os/pardas/os, de baixa renda e que frequentaram a escola pública. Apesar desta característica interseccional entre raça, classe e gênero em comum, cerca de 40% destes estudantes não utilizaram Ações Afirmativas como via de ingresso na Universidade.

2.2 CARACTERIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS ALUNXS TRANS DA UNILA: APONTAMENTOS SOBRE A PERMANÊNCIA

Tradicionalmente a universidade foi um espaço hegemônico das elites. É bastante amplo o debate sobre o papel reprodutor da educação no geral e, especificamente no ensino superior. Bourdieu (1998) será um dos pioneiros no campo dos estudos educacionais a questionar a visão de educação como principal via democrática das sociedades modernas. Para o autor, enquanto existe um discurso fortemente marcado na educação como produtora de igualdade de oportunidades, meritocracia e justiça social, através de uma análise estatística e quantitativa, Bourdieu busca demonstrar que se mascaram nas instituições de ensino em geral e especificamente no ensino superior, toda uma complexa estrutura de dominação que busca legitimar os privilégios sociais. Para Bourdieu:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da ‘escola libertadora’, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade as desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 1998, p. 41)

Na segunda metade do século XX as teorias da educação como reprodução social foram amplamente difundidas e debatidas, produzindo incontáveis relatórios e dados que ilustravam a exaustão o caráter excludente, autoritário e ideologizante das instituições de ensino. Todavia, no século XXI e, pegando a especificidade do caso brasileiro, existirá a implementação de um conjunto de Políticas Públicas e ampliação da rede federal de ensino superior que se colocará como missão, entre outros objetivos, ampliar o acesso ao ensino superior de grupos subalternizados socialmente.

Dentre as várias implementações, incluindo aqui o REUNI como o maior deles, todo um conjunto de ações afirmativas será implementado sob o discurso de heterogeneizar as Universidades brasileiras. A própria UNILA terá em seu PDI uma missão descolonizadora e pós-colonial. Desta forma, a partir deste novo cenário, parte das vagas nas Universidades Federais serão destinadas a grupos subalternizados socialmente, de maneira que pela primeira vez na história da educação brasileira se implementa um amplo programa de acesso à Universidade para estudantes pobres, negras/os e/ou pardas/os, PcD’s, indígenas e, no caso específico da UNILA, estudantes vindas/os de outros países latino-americanos, inclusive na condição de refugiadas/os.

Tais programas e políticas levaram diversidade para o ambiente universitário e inseriram jovens de outras camadas sociais, que muitas vezes são as primeiras pessoas de suas famílias no ensino superior público, num espaço historicamente elitista e conservador. Exige-se delas e deles que se adaptem a uma universidade que se pretende nova e moderna, mas se alicerça sobre bases pedagógicas tradicionais. Por ser um espaço complexo e de contradições, as diferenças que essas experiências trazem dificultam a permanência e conclusão destes jovens, mas também produzem resistências à ordem estabelecida.

Com base na análise feita até este ponto da pesquisa, nos perguntamos quais são os desafios para que tais estudantes permaneçam e concluam seus respectivos cursos? A tabela 3 abaixo ilustra alguns dados sobre estes estudantes:

Tabela 3: Perfil Educacional dos alunxs trans da UNILA

	NOME	Término do Ensino Médio	Ingresso	Prazo para Integralização no tempo correto do curso	IRA	Prazo para jubramento	% Conclusão
01	ILACVN 1	2010	2015.1	2020.2	7.6938	2023.2	39.11
02	ILACVN 2	2017	2018.1	2021.2	5.44	2025.1	5.26
03	ILAACH 3	2017	2017.1	2020.2	4.6	2022.2	10.00
04	ILAACH 4	2010	2018.1	2021.2	6.8333	2023.2	8.85
05	ILAACH 5	2013	2017.1	2020.2	4.3096	2023.1	14.52
06	ILAACH 6	2013	2017.1	2020.2	0.4	2023.1 (trancada)	0.00
07	ILAESP7	2012	2016.1	2019.2	8.4983	2021.2	50.86
08	ILAACH 8	2008	2015.1	2018.2	3.3774	2020.2	34.95
09	ILAACH 9	2005	2012.1	2015.2	6.7512	2018.2	87.93
10	ILAACH 10	2013	2016.1	2019.2	5.9157	2021.2	35.48
11	ILAESP1 1	2011	2016.1	-----	7.5625	2021.2 (cancelada)	12.07
12	ILAACH 12	2015	2016.1	-----	3.3702	2021.2 (cancelada)	12.90
13	ILATIT13	2011	2015.1	-----	6.257	2022.1 (cancelada)	21.43

Fonte: SIGAA, set. 2018.

Como a tabela acima ilustra, o tempo médio entre o término do ensino médio e início da graduação das/os estudantes trans da UNILA é de 4,38 anos. Dos treze, apenas dois concluíram o ensino médio e ingressaram diretamente na Universidade (15,38%). Se excluirmos estes dois estudantes que ingressaram diretamente no ensino superior após o ensino médio, a média das/os estudantes trans sobe para 5,18. Ou seja, em sua grande maioria, elas/eles são mais velhos e fogem do padrão médio de ingresso no ensino superior aos 17/18 anos. Um dado que merece ser destacado é que os dois estudantes que ingressaram na UNILA com 17 anos não utilizaram Ações Afirmativas de renda para ingresso e um destes nunca gozou de assistência estudantil, dando indicativo de que possuem outras formas de subsistência.

Em relação ao IRA – Índice de Rendimento Acadêmico, principal coeficiente adotado pela UNILA para mensuração do desempenho acadêmico do estudante, sendo inclusive adotado como critério para recebimento da Assistência Estudantil, apenas três estudantes possuem IRA acima de 7. É importante frisar em relação a isso que os cursos de graduação destes três estudantes com IRA acima de 7 são os dois cursos mais concorridos da Universidade que acontecem em turnos integrais ou vespertinos, ocupando outros turnos (Medicina e Relações Internacionais). Desta forma, com a exceção destes três estudantes, a maior parte dos alunxs trans da UNILA optou por cursos que ocorrem em um único período, o que possibilita aos mesmos a oportunidade de trabalhar e estudar.

Entre os cursos de baixa concorrência que inclusive apresentam anualmente vagas remanescentes, estão 7 estudantes, destes, 6 (46,15%) apresentam IRA abaixo de 6,0, sendo a média deles 3,84. Destes 6 estudantes com baixo rendimento acadêmico, apenas dois não receberam assistência estudantil e 5 (38,46%) são pretos e/ou pardos. Tais dados apontam para a necessidade de explorar nas entrevistas as categorias de raça, classe e gênero de maneira mais aprofundada, pontuando a relação entre estas e o desempenho dos estudantes trans na Universidade.

Os dados coletados de classe e renda até agora nos permitem observar como a baixa integralização das/os estudantes trans se dá por inúmeros fatores, sendo importante destacar que, apesar disto, ainda a maior parte permanece na universidade. Podemos dizer, então, que há um complexo número de fatores que se articulam para dificultar a passagem destas/es estudantes pela graduação. Entre eles podemos salientar questões do plano político pedagógico como o turno do curso e a quantidade de créditos teóricos/práticos para

integralizar os currículos e assim como condições postas de participação nas atividades de pesquisa e extensão. Em dimensões como as das condições de vida, que englobam questões que vão desde as formas de subsistência desses/as estudantes em Foz do Iguaçu até o apoio familiar que recebem, inclusive no que diz respeito à autoidentificação com a transexualidade, às redes sociais que integram e os dados relativos ao estado de sua condição de saúde mental.

Estas hipóteses construídas a partir da leitura dos dados disponíveis nos servirão de base para definição das categorias necessárias para as entrevistas que serão realizadas na próxima etapa da pesquisa. Nestas entrevistas tentaremos identificar de forma mais detalhada a natureza dos fatores dificultadores, assim como outras dimensões mais subjetivas que afetam de forma negativa a permanência das/os estudantes trans.

3 A PERSPECTIVA DOS ALUNXS TRANS DA UNILA SOBRE A UNIVERSIDADE E SUA INSERÇÃO NA VIDA ACADÊMICA

Durante os meses de Outubro e Novembro foram realizadas entrevistas com alguns dos alunos trans regularmente matriculados na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Sobre estas entrevistas, cabe realizar algumas ressalvas. A primeira delas é concernente ao tempo hábil de realizar, transcrever, realizar leituras e desenvolver categorias para análise. O edital do IMEA de financiamento deste projeto estipulava um período de quatro meses para o início e conclusão do projeto. Tal prazo inviabilizou a realização de pesquisas em profundidade para que pudéssemos explorar de maneira mais adequada o repertório dos alunxs trans e traçar suas biografias com os dados do SIGAA, analisando sua trajetória na Universidade. Dito isso, após a realização da primeira entrevista com a duração de mais de duas horas, os demais alunxs optamos por um roteiro mais enxuto e com perguntas diretas e específicas a problemas que os dados do SIGAA já havia previamente apontado.

Além das entrevistas realizadas com os alunxs trans, também foram realizadas entrevistas com servidores de diferentes setores que realizam atendimentos discentes. O propósito das entrevistas com o servidores foi o de pontuar questões colocadas pelos alunxs trans nas entrevistas, a fim de entender os processos.

3.1 QUESTÕES DE ORDEM ADMINISTRATIVA/BUROCRÁTICA

Denominados a categoria “questões de ordem administrativa” para caracterizar problemas relacionados às questões burocráticas do aluno na Universidade, tais como: matrícula, expedição de documentos e crachás de identificação, certificados, SIGAA, e-mail institucional, etc. Enfim, nesta categoria estão abarcados todos os problemas de caracterização burocrática da vida do aluno na Universidade.

O primeiro problema percebido nesta categoria apareceu para nós ainda na fase na análise dos dados levantados junto ao SIGAA. Trata-se do entendimento dos servidores da secretaria acadêmica, que são os que realizam a matrícula e inserem no sistema os processos para adoção do nome social.

Quando realizamos o primeiro levantamento dos discentes que solicitaram nome social percebeu-se a existência de um alunx que possuía o mesmo nome social e civil. De princípio, pensamos em se tratar de erro de digitação e fomos até a secretaria acadêmica para

acertar o erro e regularizar assim a vida do discente. Todavia, ao chegar na secretaria acadêmica não foi encontrado nenhum processo em nome do discente para adoção do nome social. Como o sistema SIGAA registra o nome do servidor que realizou a matrícula, entramos em contato com o mesmo. O servidor em questão, novo na secretaria acadêmica (no momento da matrícula ainda não tinha 30 dias no novo setor), entendeu que o campo social era um espaço para “apelido” do aluno e que, na ausência do aluno escolher um apelido no cadastro, bastava replicar o nome civil no campo nome social. Perguntamos se alguém havia passado esta informação ao mesmo, ele afirmou que não, que tinha interpretado desta forma. Questionamos se ele perguntava aos servidores mais experientes do setor sobre dúvidas e esclarecimentos quando não tinha certeza dos procedimentos. Ele afirmou que “[...] as vezes sim, às vezes não!” O servidor ainda relatou que especificamente na matrícula era muito corrido e tumultuado, não sendo possível perguntar tudo o tempo inteiro. Que se fazia necessário interpretar demandas e dar continuidade aos processos. Em sua opinião, e citamos integralmente sua resposta: “[...] o mais importante no período de matrícula é dar conta dos atendimentos. O que der errado depois a gente arruma!”

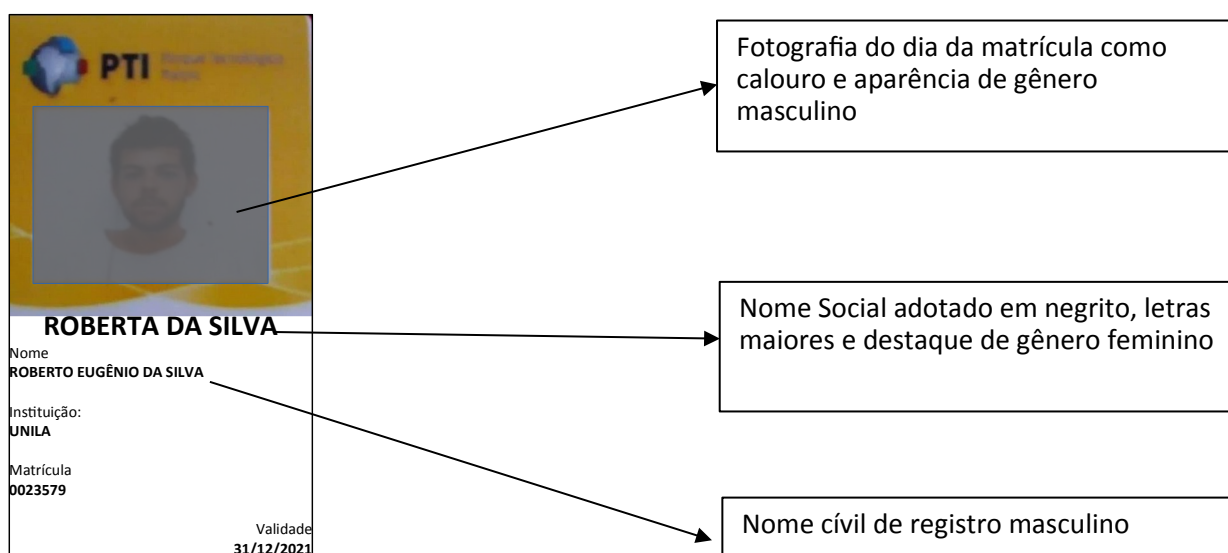
Tal situação, ao lado de outras pontuadas pelos alunxs trans nas entrevistas, apontam para a necessidade urgente de treinamento junto aos servidores que atuam na secretaria acadêmica. A mudança que possibilitou a adoção do nome social da UNILA é recente, trata-se de uma nova realidade e de um público novo que apenas muito recentemente inseriu-se no âmbito da universidade e a simples publicação de portarias não tem se mostrado suficientes para o atendimento deste público em específico. Nas entrevistas foram relatados pelos alunxs dificuldades dos servidores no atendimento de demandas simples como tirar segunda via do crachá de identificação do PTI, preenchimento do formulário para solicitação do nome social, etc.

O que percebeu-se entrevistando os servidores da secretaria acadêmica é que existem servidores mais antigos e pró-ativos, que conhecem as rotinas e procedimentos (e quando não sabem, buscam por meios próprios o esclarecimento para tais demandas) e existem outros que ou solicitam que o alunx retorne no turno do servidor que saberá responder ou interpretam a sua maneira as demandas colocadas (e aqui não é raro respostas negativas para demandas possíveis, mas que o servidor simplesmente alega não ser possível) Acredita-se que, a partir da criação do Comitê de Gênero da UNILA seja possível pensar em capacitação e até mesmo no desenvolvimento de uma cartilha/manual com todas as dúvidas e orientações para estes servidores melhor entenderem e atenderem as demandas específicas dos alunxs trans.

O segundo problema mais frequentemente apontado pelos alunxs trans (e também pelos servidores entrevistados) diz respeito ao crachá de identificação junto ao PTI. Como a UNILA não produz carteirinha de estudante para os discentes, o crachá é o único documento de identificação com foto do aluno comprovando o vínculo do mesmo com a Universidade. Ele é utilizado para o uso de meia entrada em cinemas e shows, aquisição de passagens rodoviárias e quaisquer outras formas de identificação do aluno no ambiente externo da UNILA e, internamente, é de uso obrigatório para entrada no PTI. O crachá do PTI é enviado para confecção no ato da matrícula do discente.

Todos os treze alunxs trans da UNILA solicitaram adoção do nome social após ingresso na Universidade, ou seja, o crachá de identificação do PTI já havia sido confeccionado quando a solicitação de modificação do nome foi realizada. O alunx que deseja a modificação do nome social no crachá necessita pagar a taxa de segunda via, a mesma cobrada em casos de perda ou extravio. Apesar do pagamento da taxa, a confecção da segunda via do crachá possui dois problemas: primeiro, o aluno não é chamado para fazer uma segunda fotografia. Como a foto do crachá foi feita no dia da primeira matrícula do aluno junto a Universidade, na quase totalidade dos casos analisados a foto destoa do gênero de identificação e nome social adotado [ver imagem 1 abaixo). O segundo ponto controverso do crachá (e que também é possível de visualizar na imagem 1 abaixo) é que apesar do nome social aparecer destacado abaixo da fotografia de identificação, na sequência, em letras menores, aparece o nome cível do discente.

Figura 1: Modelo de Crachá de Identificação de um estudante trans da UNILA



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de um crachá original, 2018.

Não conseguimos entender as razões e motivos de exposição dos alunos trans a esta situação, principalmente quando a legislação educacional e todos os precedentes jurídicos de que tratam do tema deixarem claro que todo documento público de identificação do discente deve constar em seu nome social. Novamente falta sensibilidade e capacitação para com os profissionais que trabalham na confecção de tais crachás no PTI e falta conhecimento dos servidores da secretaria acadêmica de informarem aos discentes para que, além de pagar a segunda via do crachá para a mudança do nome social, que os mesmos procurem o PTI para a realização de uma nova fotografia.

Ainda sobre a questão do crachá, para os alunos que fazem aula dentro do PTI seu uso não é facultativo, é compulsório. Não se trata apenas de conseguir meia no cinema ou se identificar no ambiente externo da Universidade. O alunx trans que estudar no PTI, obrigatoriamente, necessita andar com um crachá de identificação no pescoço com uma fotografia que não corresponde a sua identidade de gênero, além disso, também carrega no pescoço a identificação de um nome que ele abandonou, que não utiliza mais e tudo isso porque a instituição optou por colocar, por quais razões não é possível saber, seu nome de registro no único de documento de identificação com foto do aluno. No pior dos cenários, caso seja necessário aparecer o nome civil destes alunos no crachá, este ainda poderia ser feito no verso e em letras menores, de maneira que o alunx não seja colocado em situação vexatória.

Especificamente falando de situações vexatórias, um aluno trans de um dos institutos da universidade, após a adoção do nome social procurou a secretaria acadêmica e solicitou a segunda via do crachá do PTI, agora com nome social. Após algum tempo o crachá veio com a correção do nome, mas a foto dele era de uma menina de cabelos compridos, magra e o aluno, após tratamento hormonal e prática de atividade física intensa, pouca semelhança guardava com a imagem do crachá que era obrigado a carregar no peito. Mas ele não se importou ou reclamou, pegou o crachá e voltou a frequentar as aulas. Um dia, um segurança do PTI o barrou na entrada da barreira, desconfiou que ele não era aluno pela diferença entre a pessoa que via em sua frente e sua fotografia pendurada no pescoço.

Foi uma longa conversa com o segurança, que chamou seu superior, o aluno teve que apresentar outros documentos para “provar” que apesar da diferença da fotografia, ele era ele mesmo. Ao fim, apesar de toda a situação vexatória, ele conseguiu entrar no PTI. Perdeu mais da metade da aula e teve que se expor diante de diferentes setores e profissionais. Após o

término da aula, procurou a secretaria acadêmica e pagou uma terceira taxa para confecção de um novo crachá, desta vez com a solicitação para uma nova fotografia a fim de evitar situações semelhantes no futuro.

Relatos de discentes trans sobre as dificuldades de compra de passe de ônibus dos estudantes com o Atestado de Matrícula também foram mencionados. Neste documento (que é gerado automaticamente pelo SIGAA), também o nome civil aparece destacado e anterior ao nome social, tal como o Histórico de Graduação. Em particular uma discente relatou as situações vexatórias a que era submetida mensalmente quando ia até o Terminal de ônibus urbano para comprar os passes de ônibus que incluía a insistência dos funcionários do sexo masculino do setor de ficarem a chamando pelo nome civil (masculino) apenas como forma de incomodação.

3.2 ACOLHIMENTO ESTUDANTIL E OUTROS ATENDIMENTOS NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE

Quando iniciamos esta pesquisa solicitamos a todas as pró-reitorias e departamentos da UNILA que realizam atendimento discente uma relação onde pudéssemos avaliar o uso destes serviços e espaços pelos alunos trans.

Nosso maior desafio foi o fato da maior parte dos setores não realizar registro nominal dos atendimentos, não produzirem um banco de dados onde pudéssemos avaliar os usos, frequência e motivos que levam os discentes para estes atendimentos e quais foram os encaminhamentos dados. Diante da falta (ou pouca) quantidade de dados, tivemos que recorrer aos próprios discentes ou entrevistas com os servidores dos setores sobre a frequência destes atendimentos.

Os primeiros locais que solicitamos dados foram junto ao Serviço de Ouvidoria e a Corregedoria da UNILA. Estes dois órgãos, até pela natureza do trabalho que realizam, possuem dados sistematizados e apresentam relatórios periódicos. Apesar disso, conforme nos informaram, tanto na Ouvidoria, quanto na Corregedoria, boa parte das denúncias, reclamações e sugestões são apresentadas de maneira anônima. Nestes casos, não era possível verificar se alunxs trans tinham apresentado queixa/reclamação se tivessem o feito desta forma.

Apesar deste limitador, em ambos os locais, não constavam nenhuma ocorrência em nome de alunxs trans, quer fosse feita pelo mesmos, quer fosse feito por terceiros em relação aos mesmos. Conversamos também com os servidores de ambos os espaços e apesar deles se recordarem de inúmeros casos de alunxs LGBTQs terem procurado a ouvidoria principalmente, não se recordaram de nenhum caso de aluno trans que houvesse procurado o setor pessoalmente ou por email. Na Corregedoria, não constava nenhum processo aberto ou finalizado que constasse o nome de alunxs trans e os servidores que ali atuam também relataram jamais ter realizado algum atendimento de demanda deste público.

Apesar de não existir registro do uso dos espaços da ouvidoria e da corregedoria por parte dos alunos trans, nas entrevistas transparecem inúmeros casos e situações que poderiam ter sido encaminhados para estes locais para mediação dos conflitos. Mas não o foram. Quando questionamos os alunxs entrevistados se eles conheciam e sabiam o papel destes dois setores, todos sabem da existência da Ouvidoria, a Corregedoria é pouco lembrada, mas não existe um conhecimento claro sobre o papel destes órgãos, por exemplo. A Ouvidoria como uma instância de mediação de conflitos ou mesmo um espaço para sugestões ou elogios. De qualquer maneira, o que percebe-se é que não faz parte da realidade e do cotidiano dos alunxs trans procurarem segmentos especializados diante de problemas que os mesmos enfrentam no cotidiano acadêmico e que interferem diretamente em seu rendimento.

Em relação aos atendimentos especializados por pró-reitorias não existem dados catalogados e/ou organizados e, em sua maioria, os controles dos atendimentos são gerais e não nominais, o que impossibilita o levantamento de dados junto aos setores. Nas entrevistas, percebemos que, por exemplo, mesmo com o quantitativo de alunxs trans apresentando IRA abaixo da média e reprovações em disciplinas, não é costume dos mesmos procurarem serviços como os de Monitoria. Quando se menciona os serviços, eles conhecem, mas nunca cogitaram buscar os mesmos. Igualmente, segundo as entrevistas realizadas, jamais foram encaminhados para estes espaços por docentes e/ou coordenação de curso.

Os alunxs que recebem auxílio e apresentam problemas de desempenho involuntariamente acabam passando pelo Monitoramento da PRAE que os convoca. Muito pouco foi mencionado pelos alunxs entrevistados em relação a este atendimento. Ainda junto a PRAE, o serviço de Psicologia foi mencionado por mais de um alunx trans. A percepção dos entrevistados sobre o setor é bastante heterogênea. Com alunxs que conheciam o serviço e procuraram por conta própria e até alunos que foram encaminhados para atendimento. Dentre

os que procuraram, há relato de uma aluna que passou por um episódio de agressão física fora da Universidade que afetou diretamente sua vida acadêmica.

Esta aluna relata que em determinado momento foi encaminhada para o serviço de Psicologia pela Coordenadora de Curso e sugestão de uma servidora que trabalhava no acolhimento e que foi graças aos atendimentos e acompanhamento realizado no setor que ela conseguiu organizar sua vida, se reerguer e superar três períodos com altas reprovações e abandonos de disciplinas por um desempenho com média global acima de 80% e com bolsas de extensão e pesquisa. Por outro lado, também existe relato de uma aluna que chegou até o serviço encaminhada pelo Monitoramento, com baixo desempenho e altas reprovações. Segunda a mesma, ela foi em um único atendimento e não voltou mais. Acredita que o horário do setor não é adequado, que seria de pouca ajuda continuar indo e que nada mudaria o fato de que ela perderia de qualquer maneira o auxílio. Nas palavras dela,

[...] o que eu esperava é que o psicólogo me desse uma carta que impediria que eu perdesse a bolsa. Ele me perguntou porque eu estava indo até lá. Eu falei que ia perder a bolsa. Ele me perguntou como eu achava que ele poderia ajudar. Eu falei que queria um papel que falasse que eu tinha ido até lá para que eu não perdesse a bolsa. Como eu vi que aquilo não ia dar em nada, não voltei mais!

São diferentes percepções e perspectivas sobre estes setores. O objetivo deste relatório nunca foi avaliar a qualidade dos mesmos (sequer desenvolvemos instrumentos e metodologias para este fim). Nosso objetivo era o de saber em que medida os alunos trans procuravam os setores especializados quando houvessem demandas e, caso não o fizessem, se isso ocorria por desconhecimento da prestação dos serviços ou falta de encaminhamentos para os setores. Igualmente, estávamos interessados em avaliar se existia a necessidade de um Programa Institucional especializado no atendimento deste público, que fosse sensível e capacitado para suas demandas específicas.

O que as entrevistas e os poucos dados sistematizados nos mostraram são duas coisas. Primeiro, com exceção do serviço de Psicologia, são poucos os encaminhamentos feitos para acolhimento dos estudantes juntos os setores especializados da Universidade. Como a PRAE possui um trabalho sistematizado e organizado de Monitoramento junto aos alunos que recebem auxílio, este setor acaba atuando como o principal encaminhamento para o setor de Psicologia ou o setor de saúde da própria pró-reitoria. É uma pró-reitoria grande, mas com a mesma chefia e existe um diálogo entre os serviços realizados dentro da PRAE, o que facilita os encaminhamentos. Todavia, ele acaba restrito aos alunos que possuem auxílio financeiro, o

que acaba por ser um limitador para os que não são beneficiários. O segundo ponto que nos chama atenção é que é muito raro o alunxs trans procurar auxílio ou acolhimento por conta própria, o que demonstra a necessidade de melhor divulgação dos atendimentos especializados junto às coordenações de curso, secretarias acadêmicas e corpo docente, as principais linhas de frente do cotidiano acadêmico dos alunxs.

Especificamente no ILAACH, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, existe um Núcleo de atendimento e acompanhamento pedagógico dos estudantes do instituto que busca, entre outras coisas, encaminhar os estudantes e suas demandas para os setores especializados, o NIPPEI. Dos treze alunxs trans da UNILA, apenas três já procuraram o Núcleo, destes, dois foram encaminhados por Coordenações de Curso e uma foi levada até o Núcleo pela colega de República que já havia sido atendida lá. Dos três casos, uma estudante foi encaminhada para o serviço de Psicologia da PRAE (mas retornou diversas outras vezes para realizar oficinas, o Plano Individual de Estudos e Fluxograma do curso) e para as outras duas foi dado suporte para problemas de ordem administrativo-burocrática (orientação para matrícula em disciplinas, auxílio para dispensa em disciplinas cursadas em outra IES e organização das horas de atividades complementares para formatura).

O que percebemos de nossa atuação no NIPPEI é que o trabalho de boca a boca entre os próprios alunxs trans tem se mostrado mais eficiente para o acolhimento destes estudantes do que os encaminhamentos realizados por docentes e coordenadores de curso. No geral, é um público que busca pouco auxílio institucional, tem tido seu atendimento reduzido ao serviço de Monitoramento da PRAE (o que exclui os que perderam o auxílio por desempenho e os que nunca tiveram o mesmo), mas, por outro lado, organizam-se em grupos e redes específicas LGBTs da Universidade e do próprio município, o que demonstra a necessidade de repensar as estratégias de atendimento destes alunxs no atendimento de suas demandas.

3.3 PROMOÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

A categoria “Promoção da Saúde e Qualidade de Vida” foi pensada a partir da fala de muitos dos entrevistados e da própria experiência no acolhimento dxs alunxs trans no âmbito do NIPPEI.

O termo “qualidade de vida” é complexo e remete a uma extensa discussão de literatura que não é consensual. De abordagens que enfatizam aspectos mais econômicos da qualidade de vida, passando por abordagens psicológicas, holísticas e biomédicas, no senso

comum é recorrente a percepção de que “qualidade de vida” se refere a ausência de doenças ou uma perspectiva subjetivista que a entende como sinônimo de felicidade (e haveria aí enormes variações e percepções individualizantes para cada ator social). Apesar da relevância deste debate, não é mérito deste projeto se deter nem nas imprecisões do conceito, muito menos em toda a contradição que ele levanta⁵. Para fins de execução da categoria adotada e análise dos dados levantados, no presente relatório apesar de entendermos o caráter polissêmico do conceito, adotamos a definição de qualidade de vida com foco na promoção da saúde tal como definido por Minayo; Hartz; Buss (2000) que defendem ser esta perspectiva a mais relevante das diferentes abordagens. Nas palavras dos autores:

[...] é preciso assinalar também que, embora se saiba que o estado de saúde de indivíduos e coletividades, assim como o sistema de saúde, influenciam e são influenciados pelo ambiente global, **há que se reconhecer que nem todos os aspectos da vida humana são, necessariamente, uma questão médica ou sanitária.** A ação governamental ou comunitária sobre os mesmos está compartimentalizada em setores econômicos e sociais e distribuída entre diferentes grupos de interesse e organizações. **Desse modo, pode-se dizer que a questão da qualidade de vida diz respeito ao padrão que a própria sociedade define e se mobiliza para conquistar, consciente ou inconscientemente, e ao conjunto das políticas públicas e sociais que induzem e norteiam o desenvolvimento humano, as mudanças positivas no modo, nas condições e estilos de vida, cabendo parcela significativa da formulação e das responsabilidades ao denominado setor saúde.** (MINAYO; HARTZ; BUSS; 2000, p. 16, grifos nossos)

Dito isso, é necessário a ressalva de que a UNILA é uma instituição federal de ensino. Apesar de ter em sua missão institucional uma perspectiva bastante plural e não reduzida a mera oferta de educação formal (vide os inúmeros setores de acolhimento estudantil nas mais diferentes pró-reitorias, bem como as atividades extensionistas), sua função última é educacional, mesmo entendendo educação em uma perspectiva ampliada. Assim, ao introduzirmos a categoria promoção da saúde e qualidade de vida buscamos casar a mesma com a missão educacional da UNILA, ou seja, em que medida o conjunto de políticas institucionais possuem a capacidade de, tal como definido por Minayo; Hartz; Buss (2000), induzir e nortear o desenvolvimento pleno dos estudantes trans dentro da Universidade?

Buscando responder a este questionamento, a problemática da saúde aparece em todas as entrevistas realizadas, algumas mais, outras menos, mas é possível perceber a estreita relação entre políticas institucionais de saúde (tanto as da Universidade, quanto da rede

⁵ Sobre este debate ver o artigo: MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.7-18, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-8123200000100002&lng=en&nrm=iso&tIng=pt>. Acessado em: 18 dez. 2018.

pública em geral) e o desempenho acadêmico e a permanência do alunx trans da Universidade.

A totalidade dos alunxs entrevistados faz algum tipo de terapia hormonal na busca da adequação de seu corpo físico com sua identidade de gênero. No caso dos homens trans entrevistados, a maior parte dos mesmos recorre à academias de ginástica e profissionais de educação física para se automedicarem com testosterona e, alguns casos, anabolizantes. A proximidade com o Paraguai, país vizinho, tem facilitado a compra e aplicação caseira destes medicamentos. No caso das mulheres trans, a maior parte das entrevistadas recorre a informações em grupos na internet e sites especializados e tomam anticoncepcionais femininos em doses altas para ingestão diária de hormônios. Nenhum dos entrevistados jamais procurou um endocrinologista ou qualquer profissional de saúde especializado para buscar atendimento, informações e auxílio nestes tratamentos. Igualmente, entre os entrevistados nenhum procurou suporte psicológico para suas transições. Entre todos os entrevistados, nenhum conhecia o serviço de saúde da PRAE ou já foi encaminhado para o mesmo.

Uma das entrevistadas, uma mulher trans, enfatizou em diferentes momentos da entrevista que, em suas palavras: “[...] trans não usa SUS! Você jamais verá uma trans buscando atendimento no SUS, mesmo quando estamos muito doentes.” Este pensamento, ainda que não tão enfaticamente, é compartilhado pela maior parte dos entrevistados que da perspectiva mais básica do atendimento à saúde encontram-se totalmente desassistidos pela rede básica de saúde, o que trás reflexos diretos para sua permanência na Universidade (ainda que a maior parte não estabeleça estas relações).

O que percebemos das entrevistas com servidores e alunxs foram diferentes situações que acabaram potencializadas pela ausência de assistência aos estudantes que estivessem focadas em suas respectivas qualidade de vida. Entre os servidores principalmente tais relatos foram expressivos e apontam para a necessidade de uma melhor parceria com a rede pública de saúde municipal para melhorar o cotidiano dos alunxs trans no contexto da universidade.

Amaral et al (2017) em estudo de caso com mulheres trans na rede pública de saúde de Minas Gerais concluíram que existe uma estreita relação entre a qualidade (ou mesmo até a total ausência) de assistência de saúde à população trans e a vida destes indivíduos. Eles listam no artigo a automedicação e os efeitos colaterais como os focos principais que acometem à população trans. No grupo analisado no estudo de caso, os pesquisadores constataram que 100% dos entrevistados realizavam terapia hormonal, no entanto, 80% o

faziam sem acompanhamento médico, destes, apenas 20% realizaram acompanhamento psicológico durante a terapia hormonal.

A literatura especializada corrobora os dados de Amaral et al (2017) e pontuam os limites das políticas de saúde no atendimento à população trans, bem como outros desafios a serem enfrentados (Ver: MURTA, 2009; PELUCIO, 2005; SAADEH, 2004; ARIÁN, 2008). O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da UFMG produziu um extenso relatório com a comunidade trans em 2015⁶ e, entre diferentes problemas e dificuldades apontadas pelos entrevistados, relatam que cerca de 30% dos mesmos tiveram atendimento negado na rede pública de Saúde ou por convênios médicos, o que leva a uma nova categoria de problema, mais complexa do que a sensibilização deste público para a necessidade de buscar ajuda profissional e especializada. Em 1/3 dos casos, quando indivíduos trans procuram atendimento eles não estão sendo atendidos.

Não houve tempo hábil de explorar por meio de entrevistas com os alunxs trans entrevistados da UNILA as razões e motivos para a automedicação e a não procura de atendimentos especializados. Tais questões afetam diretamente a qualidade de vida dos estudantes e, conseqüentemente, impactam na vida acadêmica dos mesmo dentro da Universidade, merecendo ser objeto de mais estudos e reflexões. Aqui apenas esboçamos os traços de um problema multifatorial complexo que necessita ser melhor analisado e avaliado.

Apesar da limitação de dados para uma análise mais profunda, sugere-se que o Departamento de Atendimento à Saúde (DEAS) , da PRAE, em parceria com o CEEGED - Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade possam pensar em Ações e Programas específicos para o atendimento das demandas deste público e que os aproximem da rede básica de saúde. Algumas coisas simples, como, por exemplo, uma relação de profissionais com sensibilidade para o tema e que poderiam orientar adequadamente nossxs alunxs tanto na rede privada quanto na pública de saúde, já poderiam ter um efeito positivo na vida acadêmica e pessoal dos estudantes. Igualmente acredita-se que, uma vez que tais estudantes não tenham o hábito de procurar assistência estudantil e acolhimento nos setores especializados da UNILA, que seja feito um trabalho com dois focos principais: sensibilização do corpo docente, coordenações de curso e servidores lotados em acolhimento para encaminhamento ao DEAS e CEEGED destes alunos e, segundo, que seja aproveitada a

6 SOUZA, Érica (coord.) **Relatório Descritivo Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil**: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Belo Horizonte: UFMG/NUUH/DAA, 2015. Disponível em: <<http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>>. Acessado em 28 dez. 2018.

própria estrutura em rede e coletivos dos alunos trans para buscar formas de aproximação com os mesmos.

O que os nossos dados mostram é que não dá pra pensar o tema da permanência do alunx trans na Universidade sem pontuar o tema da saúde e da qualidade de vida destes estudantes, bem com outros aspectos bio-psico-sociais de suas biografias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste relatório foi o de apresentar o perfil dos estudantes trans da UNILA, bem como pontuar, por meio de suas percepções individualizadas, sua inserção na vida acadêmica. O trabalho de pesquisa realizado enfrentou uma série de dificuldades, entre as principais: o pouco tempo do edital (quatro meses, o que limitava os objetivos específicos do projeto); a falta de organização e concatenação de dados de forma nominal nos setores que realizam acolhimento estudantil dentro da Universidade e a dificuldade de conseguir entrevistar todos os alunos que adotam nome social, inclusive os que trancaram e/ou abandonaram a Universidade.

Apesar destes limitadores, por meio da análise dos dados do SIGAA foi possível traçar um perfil do estudante trans da UNILA que em sua grande maioria é pretx, é de baixa renda e possui problemas de rendimento acadêmico. Outro denominador comum é que a maior parte destes estudantes estão inseridos em cursos cuja nota de corte para ingresso é mais baixa que a maioria dos cursos da UNILA, concentrando-se em maior número no ILAACH. Não por acaso, os dois alunxs trans com alto desempenho acadêmico estão nos dois cursos mais concorridos e com maior nota de corte da instituição: Medicina e Relações Internacionais. Tais dados apontam para a necessidade de estudos mais profundos sobre a interseccionalidade raça, gênero e renda na permanência dos alunos trans dentro da UNILA. É digno de nota também que, em 2018, a UNILA formou sua primeira estudante trans no curso de Música.

Ainda sobre o desempenho acadêmico dos estudantes trans cabe a ressalva do limitador do IRA como principal instrumento de avaliação da vida acadêmica do estudante. O IRA é um algoritmo complexo e que leva em conta diferentes variáveis, no entanto, percebemos que uma vez que o estudante após sucessivas reprovações tem seu índice diminuído, ele demorará a subir mesmo com o aumento progressivo das notas, o que dificulta avaliar a permanência destes estudantes.

Para avaliarmos o desempenho dos estudantes de forma ampliada, analisamos semestre a semestre o desempenho dos alunos e usamos dados coletados nas entrevistas com elementos de suas biografias para entender as variações entre as notas, faltas e reprovações. Ao fazermos isso, pudemos perceber que entre alguns estudantes com IRA baixo, elementos de sua biografia influenciavam seu desempenho (ainda que muitas vezes eles não fizessem esta relação). Entre as dificuldades principais que pudemos relacionar ao desempenho encontram-se: início de terapias hormonais por conta própria, agressão sofrida fora do

ambiente da universidade (incluindo ameaça de morte), problemas de moradia, gravidez e desestrutura familiar. Entre os estudantes que conseguimos entrevistar e estabelecer estas relações, pelo menos dois tiveram melhora significativa em suas notas após acolhimento em diferentes setores da universidade, em especial o serviço de Psicologia e o apoio da Coordenação de Curso, todavia, o IRA permanece baixo. Estes dados apontam para a necessidade de treinamento e capacitação junto aos setores e servidores que realizam acolhimento, preparando-os para este público que possui demandas específicas. Além disso, é necessário um trabalho de sensibilização com professores, coordenadores de curso e secretaria acadêmica, as principais linhas de frente no cotidiano dos estudantes da Universidade e que podem realizar encaminhamentos aos estudantes que apresentem dificuldades.

Apesar das dificuldades pontuadas pelos dados levantados na pesquisa é importante ressaltar que mesmo tendo muito a ser feito para a plena inclusão dos alunxs trans na UNILA, todos os entrevistados afirmam que a universidade ainda é um dos melhores espaços de sociabilidade e inserção dos mesmos. Todos os alunxs que entrevistamos ponderaram problemas e limitações, mas todos, de alguma maneira, deixaram claro que a vivência no espaço da Universidade é muito mais significativa e que eles se sentem com mais direitos aqui dentro do que fora dos muros da Universidade. Citando integralmente um aluno trans entrevistado: “Apesar das coisas que precisam ser melhoradas aqui dentro, a UNILA ainda é o espaço onde eu mais pude ser eu mesma e vivenciar minha identidade de gênero!”

Por último, as entrevistas com os estudantes trans e servidores de acolhimento revelou a necessidade de um amplo programa de capacitação e desenvolvimento de materiais educativos para este público em específico. Sugere-se, a partir dos dados analisados, uma parceria entre o Departamento de Atendimento à Saúde (DEAS), da PRAE, em parceria com o CEEGED - Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade para que possam pensar em Ações e Programas específicos para o atendimento das demandas deste público.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 53/2010 de 09 de fev. 2010**: Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais os registros escolares nas Unidades de Ensino de educação básica do Sistema Estadual de Educação e dá outras providências. Maceió: CEE, 09 de Fevereiro de 2010. Disponível em:

<<http://fncee.com.br/wp-content/uploads/2015/07/resolu%C3%A7%C3%A3o-53-de-2010.pdf>>. Acessado em: 30 jun. 2018

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. **Rev. Estud.Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2,p.513-523, Ago. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 08 jul. 2018.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans)subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**. v.17,n. 3,p.59-69,2015.Disponível em: <<http://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/v17-n3-alves-moreira/1275-pdf-pt>>. Acessado em: 17 de jul. 2018.

AMARAL, Anselmo Francisco da Rocha et al. Efeitos colaterais decorrentes da terapia hormonal em transexuais femininos. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR**. v.20, n.3, p.103-110, Set./Nov. 2017. Disponível em: <https://www.mastereditora.com.br/periodico/20171104_141156.pdf>. Acessado em 28 dez. 2018.

ARÁN, M. Transexualidade e políticas de saúde pública no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, V. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n4/a15v14n4.pdf>>. Acessado em 18 dez. de 2018.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. São Carlos: UFSCAR, **Contemporânea: revista de Sociologia da UFSCAR**.V. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun.2014.Disponível em:

<<http://www.contemporanea.ufscar.br/ojs/index.php/contemporanea/article/view/197/101>>. Acessado em: 16 jul. 2018.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 14/2017 - Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica**. Brasília: CNE, 12 set. 2017. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pcp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 15 jul. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº01 - Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares**. Brasília: CNE, 19 jan. 2018.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 15 jul.2018.

CAMARGO, Aspásia. Os Usos da História Oral e da História de Vida: trabalhando com elites políticas. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, p.5-28,v.27, n.1, 1984.

CORREA, Sonia. **PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA**. In: RCDH – Rede Capixaba de Direitos Humanos. Vitória: UFES, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.rcdh.ufes.br/sites/default/files/ARTIGO%202007%20SoniaCorrea%20RESENHA%20PRINCIPIOS%20YOGYAKARTA%20s%20Orientacao%20Sexual.pdf>>. Acessado em: 30 jun. 2018.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 615, de 8 de setembro de 2011**: Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Brasília: CFESS, 08 set. 2011. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>>. Acessado em: 05 jul. 2018.

CREMESP. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. **Resolução nº 208, de 27 de Outubro de 2009: Dispõe sobre o atendimento médico integral à população de travestis, transexuais e pessoas que apresentam dificuldade de integração ou dificuldade de adequação psíquica e social em relação ao sexo biológico**. São Paulo: CREMESP, 27 out. 2007. Disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Legislacao&id=524>>. Acessado em: 30 jun.2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria Estadual de Educação. **Portaria nº 13 de 09 de fevereiro de 2010**. Brasília: Secretaria Estadual de Educação, 09 de Fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2011/04/portaria-no-13-de-09-de-fevereiro-de-2010.pdf>>. Acessado em: 30 jun. 2018

GOIÁS. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 5 CEE/CP, de 03 de Abril de 2009: Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares e dá outras providências**. Goiás: CEE, 03 abr. 2009. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_780_2008-Resolucao-CP-05.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2018

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: educação e deslocamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/default.shtm>. Acessado em: 12 jul. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. ed. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acessado em: 11 jul. 2018.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Inclusão” de travestis e transexuais através do nome social e mudança de prenome: diálogos iniciais com Karen Schwach e outras fontes. São Paulo: USP, **Oralidades**, v. 6, n. 11, p. 89-102, 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/oralidades/article/view/107302/105801>>. Acessado em: 30 jun. 2018.

MATO GROSSO. Conselho Estadual de Educação. **Parecer-Plenária nº 010/2009**: Inclusão do “nome social” de travestis e transgêneros nos registros escolares. Cuiabá: CEE, 21 de Julho de 2009. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2012181151255413191138e38aa1f02a7/Parecer_-CEE-MT.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2018

MURTA, Arán M. D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero as redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009. Acessado em 28 dez. 2017.

NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine; MACHADO, Frederico Viana; ZENEVICH, Letícia. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. **Teoria e Sociedade**, Belo Horizonte: UFMG, n. 21.2, p. 179-200, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://jaguar.fafich.ufmg.br/~revistasociedade/index.php/rts/article/view/87/71>>. Acessado em 12 jul. 2018.

PARANÁ. Ministério Público do Paraná. **Parecer do MP/PR de 21 de Setembro de 2009**. Protocolo n.º 10934/2009 – Orientação sobre a utilização de nome social. Curitiba: Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Educação, 21 set. 2009. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/parecer/parecer_04_2009_caopeduc_prot_10934_09_nome_social.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2018.

PELÚCIO, L. Toda quebrada na plástica – corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos: Revista de Antropologia Social**, v. 6, n. 1/2, 2005. Disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/issue/view/424>>. Acessado em 18 dez. 2018.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução de Jones de Freitas. Apoio do Observatório de Sexualidade e Política (Sexuality Policy Watch), 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acessado em: 30 jun. 2018.

PRÓCHNO, Caio Cesar Souza Camargo; ROCHA, Rita Martins Godoy. “O jogo do nome nas subjetividades travestis”. **Psicologia & Sociedade**. V. 23, n. 2, p. 254-261, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n2/a06v23n2>>. Acessado em: 08 de jul. 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON (org.) **Experimentos com Histórias de Vida**: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

REUNI. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. **O que é o REUNI?** Brasília: Ministério da Educação, 25 mar. 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acessado em: 13 jul. 2010.

SAADEH, A. **Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino**. 2004. [274 fls.] Tese (Doutorado em Ciências) – Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina. São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-09082005-115642/en.php>>. Acessado em 18 dez. 2018.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº277/2009 de 11 de Agosto de 2009**. Florianópolis:CEE, 11 ago 2009. Disponível em: <<http://www.cee.sc.gov.br/index.php/noticias/1122-inclusao-do-nome-social-de-travestis-e-transexuais-nos-documentos-escolares>>. Acessado em: 30 jun. 2018.

SOUZA, Érica (coord.) **Relatório Descritivo Projeto Transexualidades e Saúde Pública no Brasil: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans**. Belo Horizonte: UFMG/NUUH/DAA, 2015. Disponível em: <<http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>>. Acessado em 28 dez. 2018.

UNILA. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Resolução CONSUN nº 11 de 19 de Agosto de 2016**. Foz de Iguaçu: UNILA, 19 ago. 2016. Disponível em: <[https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/11_2016%20-%20Regulamenta%20a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20nome%20social%20por%20discentes_servidores%20e%20demais%20usuarios%20nos%20espa%C3%A7os%20da%20UNILA\(1\).pdf](https://www.unila.edu.br/sites/default/files/files/11_2016%20-%20Regulamenta%20a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20de%20nome%20social%20por%20discentes_servidores%20e%20demais%20usuarios%20nos%20espa%C3%A7os%20da%20UNILA(1).pdf)>. Acessado em: 12 jul. 2018.

